

## 15 DE OUTUBRO: EDUCAÇÃO E FESTA COMO PRÁXIS

Por Cristino Cesário Rocha<sup>1</sup>

O dia 15 de outubro é sempre diferente, nada igual, ainda que tenhamos milhares de professores/as em casa ou viajando em seu dia festivo. Educação e festa como práxis ressurgem como razão de toda a distinção do que aparentemente se repete mecanicamente. O docente ao trabalhar, exprime o fazer; ao pensar, dá sentido ao saber/conhecer e articulando fazer com saber, produz-se uma práxis educativa capaz de alterar relações, situações e concepções. Nesse dia e no cotidiano da sala de aula, na sala dos professores/as e nas coordenações coletivas precisa-se fazer a discussão de alguns aspectos, o que nessa diminuta contribuição compartilho alguns elementos para início de conversa.

No dia a dia da profissão professor e em todas as comemorações do dia 15 de outubro, não se concebe esse profissional da educação como um ser distante do mundo, nem na condição de autômato, insensível frente o sofrimento humano e alienado dos eventos culturais, políticos, econômicos, religiosos etc. Ser professor/a remete ao fato da existência com todas as suas implicações, sendo esse profissional da educação ser da práxis.

Ao festejar, docentes do Distrito Federal, do Brasil e do mundo o faz com as duas pernas: a do pensar e do agir. Pelo pensar diz o que não ajuda na articulação educação e festa como práxis, o que muitos acreditam ser consciência política; pelo agir, cria condições para a inserção do estudante no mundo, seja como incluso, seja como excluso, a depender de como a sociedade se organiza e acolhe o estudante da

---

<sup>1</sup> Cristino Cesário Rocha é professor de Filosofia e Sociologia da rede pública de ensino do Distrito Federal. Possui formação Filosófica nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras das Faculdades Associadas do Ipiranga – São Paulo. Formação Teológica no Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás – Goiânia. Pós-Graduação em Administração da Educação – UnB. Pós-Graduação em Culturas Negras no Atlântico: História da África e Afro-brasileiros – UnB. Pós-Graduação em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos - UnB. Pós-Graduação em Educação, Democracia e Gestão Escolar Unitins/Sinpro-DF. E-mail: rocha.cristino@yahoo.com.br

escola pública, bem como se coloca diante do estudante da escola privada. Age-se também em benefício da categoria, de acordo com orientação sindical.

Educação e festa como práxis não evita a dor pela festa, mas a assume como parte de um mesmo processo vital: alegria e dor misturadas, ocorrendo a diferença a primazia da alegria, caso contrário a pessoa humana não suportaria o peso da negatividade.

A educação brasileira é repleta de resultados favoráveis ao país, ainda que certas instituições avaliem e propaguem relatórios com resultados sem considerar a conjuntura, a infra-estrutura e as estruturas de poder que condicionam processos e resultados. A sociedade como um todo precisa estar atenta ao que se noticia sobre a educação, de modo que se avalie criticamente de onde parte a avaliação (IDEB...), os objetivos explícitos e escusos, bem como quais interesses estão em jogo.

Em outra perspectiva a ampla presença feminina no magistério público coloca em destaque uma pergunta que precisa ser respondida pelo poder público e pelo conjunto dos docentes: sendo a educação escolar de maioria feminina, qual a relação entre condições salariais e as mulheres? Nesse contexto é preciso considerar também a questão de classe social: por que a escola pública, sendo de maioria procedente de filhos/as de trabalhadores empobrecidos, não têm o cuidado e o devido investimento do poder público? Essas questões podem render um bom debate em vários espaços, inclusive no escolar.

Há quem diga que *salário não mede resultado*, mas sem valorização do magistério o resultado pode ficar comprometido, pois *saco vazio não fica de pé*. O dito popular não só adverte como também identifica uma situação real: docentes com auxílio alimentação que mal dá para o café; ausência de uma política habitacional; auxílio saúde que não paga o remédio para gripe; condições precárias de trabalho; ausência de proteção e segurança; assédio moral e autoritarismo nas relações de trabalho; adoecimento e parca condição de fazer uma terapia, além do salário que não se equipara com a média salarial de profissionais com a mesma formação geram insatisfação.

Dia 15 de outubro é momento para pensar, para além das salas de aula, das escolas, da sala de coordenação pedagógica e dos muros fechados sem proteção. É tempo para meditar sobre o ato de educar como práxis e festa, desvelando atitudes e

práticas. Educa-se sabendo do que se faz e do que foi feito da pessoa humana, inclusive do próprio docente. Sabe-se nesse contexto de reflexividade que não há professorinha, nem professorzinho, mas **P**rofessores/as como **P**rofissão.

O ideário de uma profissão professor transformada em sacerdócio foi propalado por muito tempo. Os docentes, nessa acepção, não trabalham na condição de profissionais, mas de agentes humanitários ou no mínimo tio/a. A desqualificação e reconfiguração do professor/a provoca inércia no campo político, porque agindo como tio/a não se rebela contra o opressor/a nem faz o debate sobre as estratégias do ponto de vista do oprimido; ao trabalhar como sacerdócio oferece o cálice sem vinho e o pão sem fermento e se vislumbra uma vida metafísica, sem viver de fato dignamente no presente, em carne e osso.

A Lei nº 12.014, de 06 de agosto de 2009, altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categoriais de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. É verdade também que a profissão professor tem um caráter para além da lei, porque essencialmente política e politizada.

Do ponto de vista de uma percepção política entendo que não há professor/a de atividades, mas da educação infantil, dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio, superior etc. Cada tipologia carrega o seu peso de valor simbólico, ético-político e educativo. Todas as etapas e modalidades de ensino trabalham com atividades, sendo insuficiente e inapropriado o uso do termo para expressar tão-somente a ideia de professor do 1º ao 5º ano.

No contexto escolar público, há que distinguir atitude humanitária, a que ajuda a quem padece de alguma necessidade urgente da que fornece elementos para a ausência do Estado no cumprimento de sua função social. Uma atitude que substitui ação do Estado (política pública) educacional por ação docente, acaba por inverter a ordem das instâncias. Quando docentes e gestores/as usam parte do salário para arrumar portas, vidros, janelas, piso e outras necessidades estruturais da escola, fazem o papel de Estado, além de tirar de sua boca para engordar um pouco mais quem já recebe tantos impostos de milhares de contribuintes. Aliás, o que se paga de imposto não se recebe de contrapartida, fato real de milhares de professores/as e outros segmentos que dificilmente conseguem vaga em hospitais públicos.

A sindicalização, por sua vez, é fator de proteção de docentes. Ao sindicalizar, assume-se duas grandes atitudes: auto-ajuda e ajuda mútua. A primeira coloca o indivíduo diante de suas várias necessidades que carecem de atuação jurídica, formativa, tomada de decisão ao nível regimental etc. A segunda estende o cuidado a toda a categoria dos professores/as, via luta organizada.

O sentimento de pertencimento está conectado à de sindicalização, mobilização, luta e conquistas. Não há mobilização sem um grupo que orienta a caminhada, daí o sindicato como imprescindível na promoção da dignidade da categoria. Dirigente sindical é pessoa que merece respeito com a mesma proporção que se respeita incondicionalmente a pessoa humana. A diferença é que ao assumir a condição como tal o faz com uma maior responsabilidade, compromisso e ação em defesa da causa dos trabalhadores/as da escola público-privada.

SINPRO seja do DF e dos demais entes federados é mais do que uma sigla, porque englobam ações e pensamentos na defesa da escola pública, democrática, laica e de qualidade sociocultural, técnica e política. O corpo docente que compõe o sindicato merece respeito e reconhecimento pelo compromisso que dispensa a categoria dos professores. Os ganhos que se têm até hoje se deve ao empenho da direção e participação da categoria, considerando seus 35 anos de mobilização, luta e conquistas. Seguramente todos os sindicatos de professores do Brasil, em que pese limitações, perseguem objetivos comuns: investimento público no público, qualificando as relações e promovendo a dignidade humana para todas as pessoas.

Busca-se por meio da negociação e/ou pressão social alterar a realidade em todas as esferas da vida humana, sendo o respeito atitude tão reivindicada por todas as categorias profissionais, inclusive pelos professores/as do DF, Brasil e mundo. Entretanto, tal respeito deve partir primeiramente de duas direções: do próprio educador/a, que autovalida a sua ação pela crença no poder da educação que ajuda a emancipar/libertar. A segunda deve ser um imperativo ético de todas as lideranças políticas, pois a sociedade civil vendo aprende a valorizar e a respeitar a categoria dos professores. A sociedade política e a sociedade civil têm uma contribuição fundamental no processo formativo, desde a cultura geral até os meandros da sala de aula.

Nesta mesma perspectiva, o professor/a precisa valorizar a sua profissão. Dizer ao filho/a “*não entre nesse barco furado*” quando se percebe o interesse de apostar na

profissão professor não ajuda na revitalização do sentido, nem fortalece o ideário de mudança. A visão míope de que “há profissões/cursos que dão dinheiro, melhor do que ser professor/a” é um erro crasso, porque repleta de tão grande ilusão.

Faz parte do respeito aos professores/as ouvir seus anseios, dificuldades e expectativas. Formular políticas educacionais em gabinete e enviar às escolas sem ouvir docentes das diferentes áreas e etapas de atuação reflete um desrespeito e ausência de reconhecimento das potencialidades presentes no mundo do trabalho educativo escolar público. Mestres, Doutores e Pós-doutores não são porta-vozes absolutos de uma epistemologia capaz de mudar localidade e o mundo. Em muitos casos o modo de pensar da academia empalidece mais do que esclarece; produz um pensar baseado na ilusão, no fantástico e irreal; distancia o pensar do viver; amortece a dimensão da luta e enfraquece a teoria por meio do autoritarismo científico etc.

Toda ação de nível institucional, por melhor que seja a intenção, tende a ser refutada, quando se empurra pacotes prontos (Ministérios, Secretarias de Educação...) para as escolas, desvalorizando as vozes dos sujeitos educativos e de saberes que podem contribuir na formulação de políticas públicas educacionais.

Há um turbilhão de acontecimentos no Distrito Federal e no Brasil como um todo, sendo injusto atribuir ao docente e à educação a responsabilidade da emergência e/ou ressurgência de todas as crises. Avaliar resultados de rendimentos escolares sem percepção do conjunto, articulando o local com o global, acaba por cometer injustiça contra profissionais da educação. Ao adotar instrumento de avaliação sem considerar as estruturas de poder que produzem violência, insucesso e outras mazelas comete-se um equívoco: o de avaliar resultado sem estabelecer relação de causa/efeito, porque em muitos casos se oferta o mínimo e exige o máximo.

Além do peso das exigências que recaem sobre o docente, há o autoflagelo que afeta a vida de milhares de docentes. Julga-se incapaz de atingir objetivos, muitos deles formulados por quem não vive de fato as reais mazelas da educação pública. Parece muito fácil para os que “*pensam a educação*” (os experts) falar de um lugar cômodo, sem sentir o impacto das necessidades de quem vive e respira toda ordem de problema.

Outro problema visível na vida de docentes é a ausência de uma identidade profissional, aquela baseada em um fazer/pensar que une compromisso social com a

prática pedagógica. Não dá, em espaço escolar, para ser ao mesmo tempo psiquiatra, defensor público, conselheiro, tutelar, psicólogo, polícia, assistente social, orientador educacional, clínico geral, ginecologista etc. Cada professor/a com a sua condição, nada de pretender ser tudo. O tudo e o nada são dois universais próximos, portanto, quem deseja fazer tudo, acaba não fazendo nada. Dito de outro modo: professor/a não deve nem pode dar conta de tudo, premissa que está de acordo com as limitações inerentes ao humano.

Na medida em que se exige muito além do que se pode oferecer, produz-se adoecimento. Adoecer no trabalho é um fato, muitas vezes não considerado por especialistas e até banalizado pela grande mídia. Quem passou pelos bancos escolares, chegando a um patamar profissional não reconhece a ferida visível e a dor da alma de milhares de professores/as. As inspeções médicas tratam com desprezo e desumanidade os profissionais que contribuem com o desenvolvimento humano e o crescimento econômico da nação, salvo raríssimas exceções.

Se não fosse o bastante um tratamento desumanizado nas perícias médicas, há quem ainda acredita que professor/a cometa *crime de lesa-futuro*. Em março de 2009, um meio de comunicação social do Distrito Federal (Correio Braziliense) tornou público um artigo que tinha como tema **GREVE SEM CAUSA** e no desenvolvimento textual, evidenciou a greve e por tabela os docentes como *crime de lesa-futuro*. Os professores e professoras não cometem crime de lesa-futuro, nem aqui nem alhures.

As dores morais, físicas, sociais, emocionais e existenciais de docentes são, muitas vezes, desconsideradas por lideranças políticas e a grande mídia. Comentário de jornalista sobre a educação pública é mais gracinha do que análise profunda e proposição séria. Seria a grande mídia um abutre que se alimenta da dor humana e exala o mau hálito do que presumivelmente se adota como um mal?

O ataque à educação pública parte de várias direções, desde um discurso que pretende desqualificar o público até o sucateamento da infra-estrutura. Gustavo IOSCHP, economista, escreveu um artigo para a Revista Veja, publicado no dia 14 de maio de 2014, P. 112/113 com o seguinte título Professores, acordem! É necessário avaliar a VEJA como um instrumento que não trabalha com o contraditório, mas com o que lhe atende enquanto interesse.

A dinâmica do texto de IOSCHP seria menos agressiva se não fosse o ataque contundente aos que carrega em sua bagagem histórico-cultural o desejo de promover a dignidade humana por meio da educação. Dois trechos são reveladores. O primeiro está assim evidenciado: *“Caros professores: vocês se meteram em uma enrascada. Há décadas, as lideranças de vocês vêm construindo um discurso de vitimização. A imagem que vocês vendem não é a de profissionais competentes, mas a de coitadinhos, estropiados e maltratados”*. O segundo reitera o primeiro: *“abandonem essa obsessão por salários. Ela está impedindo que vocês vejam todos os outros problemas – seus e dos outros. O discurso sobre salários é inconsistente”*.

Ao ler atentamente o artigo como tal, senti-me com legitimidade para dizer o contrário. Primeiro, no que tange ao Sindicato dos Professores do Distrito Federal, não há fomento de vitimização. O SINPRO-DF com seus 35 anos, em nenhum momento identificou o docente como vítima, coitadinho e estropiado. Lideranças sindicais do DF e de outros Estados não correm atrás de dinheiro, mas de demandas das mais diversas, inclusive a valorização dos profissionais da educação que não se restringe ao financeiro.

Dizer que docente é obcecado por salário e que o discurso sobre salários seja inconsistente prova a insensibilidade de quem afirma e de quem assume esse discurso como crença. GUSTAVO IOSCHP demonstra desconhecer como funcionam os sindicatos de professores no Brasil, particularmente no DF, de tal maneira que não conseguiu visualizar sequer exceções.

A pauta de reivindicação do SINPRO-DF dentro de uma ampla secretaria colegiada, por exemplo, contempla reivindicações em várias frentes, como assuntos culturais; administrativo e patrimônio; aposentados; saúde do trabalhador; raça e sexualidade; políticas para mulheres educadoras; jurídicos, trabalhistas e socioeconômicos; finanças; formação sindical; imprensa e divulgação; organização e informática; política educacional e política social. Pode-se dizer que o argumento de IOSCHP é inconsistente e inócuo.

Todo o processo discursivo de IOSCHP conota uma carência de visão a partir de onde se fala. Se um economista passou pela *formação bancária*, (termo freiriano) seja pública ou privada e torna público um modo de pensar que ataca professores/as e suas representações sindicais, há que avaliar se o mesmo não está impregnado do ideário

neoliberal que possui esse mesmo perfil. Nota-se que há um discurso unilateral economicista desprovido de uma visão do conjunto infra-estrutural e superestrutural.

Enfim, vejo que GUSTAVO IOSCHP não entenda muito os problemas da educação pública, talvez pela concepção economicista sem as lentes do humanismo que ampliam o modo de ver para além do financeiro. Parafraseando o título de IOSCHP, pode se dizer GUSTAVO IOSCHP, PARE DE ATACAR DOCENTES DA ESCOLA PÚBLICA E SUAS LIDERANÇAS SINDICAIS!. Vale também a máxima do SINPRO-DF: quem bate na escola maltrata muita gente!.

Em outro espaço de poder, atribui-se ao professor /a uma “culpa” pelo baixo rendimento, fato mais recente divulgado pelo site do SINPRO-DF (acessado em 14/09/2014) com o seguinte título de nota pública da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE: culpar professores por queda no IDEB é falácia e covardia (acessar tema: Para CONSED, greve dos professores teve impacto negativo nas notas do IDEB: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/09/05/para-consed-greve-de-professores-teve-impacto-nas-notas-do-ideb-2013.htm>). A CNTE faz uma crítica necessária ao discurso improcedente do vice-presidente do CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação) que joga a culpa na greve como fator de desmobilização dos saberes, o que se pode evidenciar um fragmento do conjunto da reflexão feita pela CNTE:

*“Contrapondo a lamentável declaração do Sr. Eduardo Deschamps, Secretário de Educação de Santa Catarina, vale lembrar que o amplo descumprimento da Lei do Piso do Magistério e as péssimas condições de trabalho nas escolas são fatores centrais para a baixa qualidade da educação. E não será jogando a responsabilidade para os professores que a situação da qualidade se resolverá nas escolas públicas”.*

Faz um bom tempo que dinheiro não paga o trabalho docente, da mesma forma que há um discurso lacunar de que “o trabalho dignifica o homem (**mulher**, grifo meu)”. A luta pela valorização do magistério público tem por base aspectos culturais, de saúde, proteção/segurança, moradia, formação etc. Qualquer tentativa de desqualificação da luta desse segmento é sinal de desrespeito ao profissional que dá o seu contributo no crescimento econômico e desenvolvimento humano, reitero.

Por outro lado, não dá para esperar reconhecimento apenas do ponto de vista externo. No processo de consolidação da dignidade docente, o auto-reconhecimento é vetor de auto-estima elevada. O trabalho pode não dignificar a pessoa e até ser pau de tortura (*tripallium*) em seu sentido etimológico. Entretanto, pode-se valer do trabalho executado com dignidade autovalidada por quem atua em qualquer profissão.

Trabalho é lugar tensionado por valores, atitudes, crenças, culturas, raça e sexualidade, práticas e concepções culturais. Uma relação trabalhista marcada por competições, acaba ofuscando o sentido da solidariedade humana, sendo o prêmio professor nota 10 um instrumento que não traduz toda a riqueza humano-formativa e formadora em que milhares de educadores/as estão inseridos. O dia 15 de outubro é o reflexo do que se pode dizer e viver com maior intensidade: todos os docentes são premiados pela coragem do ato de ensinar/educar, ainda que em meio às adversidades humanas e estruturais.

A meritocracia, por sua vez, não ajuda no entendimento e na compreensão de uma educação baseada no espírito colaborativo, de crescimento mútuo e a dignidade compartilhada. Valorização não se confunde com a bonificação/meritocracia. O poder público tem contribuições de todos os profissionais, de modo que os sucessos e limitações se deve ao todo e não a um grupo ou indivíduo iluminado e portador de um resultado qualitativo ou depreciativo. A lógica do mérito contrapõe à lógica da valorização e reconhecimento da intersetorialidade, interdisciplinaridade, visão sistêmica e trabalho em rede. É preciso dizer não à meritocracia e sim à valorização pensada em um plano de carreira da categoria.

A gestão pública e o trabalho público, sejam na escola, sejam em outros espaços não pode ter uma feição amplamente terceirizada. A terceirização é uma forma sutil de privatização, em seu estágio menos avançado. Nesse contexto paga-se mal o funcionário, amortece a luta organizada e exhibe uma falsa qualidade do trabalho. O movimento sindical (SINPRO-DF/SAE-DF) e outros sindicatos combativos precisam fazer o movimento contra a terceirização e em favor do concurso público. Terceirização deve ser vista como paliativo e não como uma norma.

Ensinar/educar tem um contorno ético fundamental na escola público-privada: como se ensina, com quais condições e quais valores, atitudes e práticas são consideradas na formatação do que se pretende ensinar. Há um grande desejo de

propiciar uma educação de qualidade sociocultural, mas qual tendência teórico-metodológica poderá efetivar esse desejo?

Há uma vasta tendência de ensino, melhor do que paradigmas. Não advogo a ideia de modelos exemplares, mas de tendências que emergem ou ressurgem de acordo com as grandes transformações locais e mundiais. Parece-me insuficiente traçar um modo de ensinar baseado em tipos ideais como tradicional, progressista, revolucionário, conservador, tecnicista, libertador, interacionista etc. Há uma crença em termos e conceitos, mas qual a tendência que de fato altera substancialmente a realidade?

A formação continuada de docentes é fator de crescimento pessoal e societário. Pelo estudo cria-se novas condições de ensino e de problematização do saber, do ser, do sentir, do ter e do conviver. Esquivar-se de uma formação contínua produz uma mente acinzentada, com os neurônios enfraquecidos e a visão ofuscada. Não é solução, nesse contexto, dizer “*o que tenho dá para o gasto*”. Não se gasta saberes, mas se constrói e se compartilha. Ser professor/a exige a saída do mero consumo de saberes para a produção e compartilhamento.

Ao aderir a uma formação, seja no campo sindical, seja em outras instituições, para além do curso superior e secundário, traz ganhos para o indivíduo e para a sociedade. Trata-se de um bem imaterial que governantes e outros atravessadores não conseguem roubar. Quem não estuda, continuamente, tem dificuldade de fazer o debate qualificado e de fazer escolha de projetos de Educação, de Estado, de Sociedade, de Gestão e Política Pública.

Não se pode deixar de lembrar uma quantidade crescente de docentes readaptados no sistema de ensino público. São profissionais que ocupam outra área de atuação, fora da sala de aula por diversas razões. Esses profissionais não são *coitadinhos* e *estropiados*, termos utilizados por GUSTAVO IOSCHP.

Há razões reais que levam ao adoecimento de docentes, tanto no ambiente de trabalho quanto as pré-existentes. Convive-se no espaço escolar mazelas de toda ordem, sendo o professor/a impactado por situações que provocam sofrimento e as que agudizam as historicamente produzidas. É importante ter a consciência de que professor/a readaptado não deixa de ser professor/educador. O ensino/educação extrapola o muro, pátio e sala de aula da escola.

Já está na hora, e é agora o momento de se pensar em uma política pública para professores readaptados. É preciso, por exemplo, traçar mecanismos para remoção e remanejamento desse segmento; cursos de formação específicos para reorientar a prática; estabelecer parcerias com outros órgãos públicos no sentido de ceder readaptados para atuar em espaços apropriados à sua limitação e um tratamento condigno com a profissão professor.

A Profissão Professor não pode ser banalizada/vulgarizada. *Quem maltrata a escola maltrata muita gente*, máxima do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, expressão trabalhada no contexto de violência dentro da escola e de seu entorno. 15 de outubro é tempo para pensar/meditar sobre a nossa vida, a que vive o agora da história-processo que converge para a plenitude. Faz-se necessário desarticular essa máxima que não tem força histórica: “*o professor finge que ensina e o aluno finge que aprende*”. O trabalho docente é exigente, complexo e desafiante, da mesma forma que o aprender se estende a uma vasta experiência prático-teórica da pessoa humana no e com o mundo.

O dia dos professores/as remete ao descanso necessário, livre para pensar, viajar e até não fazer nada. Docente merece viajar, descansar, ócio que contrapõe às exigências do mercado capitalista que prima sob a lógica do dinheiro, em que uma das forças motriz é *the times is Money*, ou seja, tempo é dinheiro. Para quem ainda pensa que reivindicação de salário seja inconsistente, sugere-se que se busque ler e reler o trabalho como de fato realização e dignificação da pessoa, daí, quem sabe, haverá mudança de concepção.

Professor/a não é herói/heroína, mas agente social de mudança e profissional da educação com limites e alcances, na condição essencialmente humana. Viver a dimensão profissional é uma das identidades docente que pode ser levada a cabo até as últimas consequências dentro de relações de trabalho e na relação societária mais ampla. No dia dos professores e professoras festeja-se com orientadores educacionais, equipe especializada de apoio à aprendizagem, orientadores (as) educacionais, auxiliares da educação, equipe gestora da unidade de ensino, sindicatos da categoria, CNTE, CUT e todas as pessoas que acreditam na educação.

Na esteira do V concurso de redação para estudantes da escola pública do DF, promovido pelo Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF), com o tema-mote A ESCOLA PÚBLICA QUE EU QUERO, premiação das redações e

desenhos em 25 de setembro de 2014, expressei minha percepção na condição de educador diante desse tema trabalhado por estudantes da escola pública do DF, em seus vários níveis de formação: quero uma escola pública sem as amarras de paradigmas (modelos exemplares); organizada para a promoção da dignidade humana em sua integralidade; pensada sob a lógica de uma crítica do mercado que a tudo calcula, inclusive a vida; democrática em sua unidade de ensino e no sistema; laica em sua representação e vivência do sagrado, das religiosidades e espiritualidades; pública com recursos públicos para o público e qualitativa social, política e tecnicamente em seus processos administrativos e pedagógicos. Quero uma escola pública amada, cuidada e respeitada, princípios fundamentais de uma ética como justiça e libertação.

15 de outubro articulam a educação e a festa como práxis, sendo o educador/a parte desse processo que ajuda na promoção da dignidade humana. Saúdo todos e todas. Que nesse dia e em todos os dias façamos da educação a celebração da vida...

Cristino Cesário Rocha é professor de rede pública de ensino do Distrito Federal.